

Eduardo Paz Ferreira

Da Europa de Schuman à não Europa de Merkel

Nota prévia

POR UMA DESTAS IRONIAS EM QUE A HISTÓRIA, assim como as nossas vidas, é fértil, o texto deste livro ficou concluído no dia 24 de Maio de 2014. No dia seguinte conheceram-se os resultados das eleições europeias e, hoje, uma grande parte da Europa terá acordado em estado de choque face aos resultados, ao avanço dramático da extrema-direita e às implicações para a União Europeia da futura composição do Parlamento Europeu.

Naturalmente não sinto alegria ao ver que muito daquilo que está explícito e implícito neste livro teve uma confirmação espectacular muito para além do pensado, mas sinto que cada vez mais é preciso lutar por uma União Europeia que, apesar de todos os defeitos, ainda é a melhor forma de vivermos num mundo globalizado e cheio de tensões.

Há alguns meses, Paulo de Pitta e Cunha publicou um livro, intitulado *Sombras sobre a Integração Europeia*. Provavelmente nem o autor pensaria quanto essas sombras iriam escurecer e prenunciar trovoadas. Mas assim aconteceu.

Muitos serão aqueles que nos próximos tempos aparecerão a tentar relativizar o sentido dos resultados, a identificá-los com um mero voto de protesto, um desabafo sem sequência, enquanto outros irão querer utilizar as eleições para demonstrar a falência definitiva do projecto europeu.

São sereias que não devemos seguir, a menos que queiramos que das nuvens se passe a um dilúvio em que não é, sequer, certo que Noé, apesar de andar por perto, encarnado no cinema por Russell Crowe, saia do ecrã para nos salvar.

E se é verdade que muitos dos pecados atribuídos aos habitantes de Sodoma e Gomorra — falta de hospitalidade aos forasteiros, culto da riqueza e ganância — se podem encontrar na União Europeia, nem por isso é de crer que Deus já tenha tomado a decisão radical do extermínio. Se assim for, teremos de procurar o nosso Lot (Stewart Granger, no velho filme de Robert Aldrich) para nos guiar no deserto.

Continuo, no entanto, a crer que não devemos aspirar a um homem providencial, ainda que seja de exigir dos políticos europeus outra capacidade. Não ouvimos o alerta de Mendès France quanto aos riscos para uma democracia de se entregar os poderes a um corpo burocrático não legitimado eleitoralmente. Permitimos que a Alemanha deixasse de ser um país europeu para que a Europa passasse a ser alemã.

É tempo de dizer basta!

Fundamental é refundar uma Europa que possa atrair os seus cidadãos, e este é o projecto deste livro. Reafirmado, agora, ainda com mais vigor.

Introdução

SÃO JÁ POUCOS OS EUROPEUS QUE TINHAM ATINGIDO a idade adulta no final da Segunda Guerra Mundial. De vez em quando, os jornais trazem até nós a notícia da morte de alguns sobreviventes dos campos de extermínio nazi, ou de uma derradeira tentativa de julgar algozes refugiados por longas décadas em sítio desconhecido. Participantes do desembarque da Normandia ainda se juntam para assinalarem a data e, sobretudo, todos os que, adultos ou ainda crianças, viveram os horrores da guerra e nos conservam na memória massacrada o que os anos de paz e prosperidade das décadas seguintes amenizaram sem eliminarem.

Para os mais novos, as imagens da Europa devastada e sem esperança vêm de fotografias mais ou menos desbotadas, de documentários da época e, sobretudo, de inesquecíveis filmes, tais como *Paisà* ou *Alemanha Ano Zero* de Roberto Rossellini, um expoente da cultura e do humanismo europeus, que como ninguém foi capaz de retratar a miséria material e moral daquele período.

Muitos são os livros que, com maior ou menor frieza, com mais ou menos emoção, nos falam dessa época. Tony Judt, uma das últimas grandes figuras de intelectual do século xx, conjugou, talvez melhor do que ninguém, as duas abordagens possíveis, levando-nos a sentir o ambiente da época

e as incertezas que se perfilavam, ao mesmo tempo que interpreta com grande subtileza os acontecimentos¹.

Nos anos que se seguiram à guerra, as dificuldades na recuperação económica e anímica da Europa foram dramáticas. Aqueles que tinham chefiado o combate à barbárie nazi, bem como os que, dirigidos por Adenauer, tentavam reconstruir a Alemanha e reabilitá-la aos olhos do restante Mundo, depararam-se com não poucas dificuldades, em face de países destruídos e populações em sofrimento. Necessitaram de uma enorme dose de energia, pragmatismo e coragem para porem de pé os seus países.

Quase setenta anos depois e, apesar do longo período de paz vivido pela Europa, com a excepção dos violentos combates dos Balcãs e de outras situações dramáticas resultantes do reajustamento do antigo império soviético, a Europa é, de novo, confrontada com imagens de miséria e sofrimento que, ainda que longe da devastação dos anos 40, correspondem a visões que durante décadas se pensaram afastadas do continente.

A propósito de uma situação que muito se agravou, depois da data em que escrevia, 1994, mas em que se faziam sentir já os efeitos da opção neoliberal, Jacques Le Goff apelava para que as cidades europeias não ficassem «ainda mais juncadas de cadáveres dos vencidos da exclusão»² e, a esse propósito, uma infinidade de títulos e de imagens ilustrativas desta situação perpassa a nossa mente³. Numa Europa escondida atrás de oportunismos medíocres ou silêncios cúmplices, a grande voz de indignação vem do Papa Francisco: Não à economia da exclusão. Não ao desemprego, consequências visíveis da política de austeridade por que optou a Europa.

O que se propõe, de seguida, é indagar a evolução da Europa, desde um pós-guerra, em que conseguiu ultrapassar a devastação e o quase aniquilamento para se tornar um continente próspero e um interlocutor de relevo na cena mundial, encontrando-se hoje num processo de integração

fortemente ameaçado, em que estão já perdidos muitos dos avanços conquistados. Uma situação que permite a Cohen-Tanugi sustentar que, quando a Europa acordar, ninguém dará por isso.

Um lugar de relevo nessa indagação é dado às mudanças e metamorfoses das Comunidades Europeias, que passaram de uma união de Estados, em que, apesar do peso inegável do eixo franco-alemão, nos era permitido pensar alguma igualdade entre os membros, a um ponto em que nos voltamos a encontrar numa Europa que obedece a um poder central, desta vez não imposto pelas armas, mas que nem por isso deixa de ter uma força similar.

A passagem da Alemanha de Estado tolerado e integrado, de forma que o seu poder não ameaçasse a Europa, ao Estado que tudo pode e em tudo manda, com fortes consequências na natureza da União Europeia e no quotidiano das suas populações, é, naturalmente, o ponto mais relevante.

Convido pois, todos, a seguir este percurso de sombras e luz, em busca do que foi bem feito e daquilo que falhou. Ou seja, e em síntese, como se passou da Europa de Schuman à não Europa de Merkel. Porque se o genial Thomas Mann intuiu que a grande questão era a de saber se teríamos uma Alemanha europeia ou uma Europa alemã, parece evidente a resposta que todos os dias se afirma. E, se haverá sempre quem goste disso, haverá bastante mais quem só se reconheça numa Europa de iguais, tal como foi pensada nas origens, e não compreenda por que razão há-de a Europa toda servir um país e não todos os países servirem a Europa. A Europa alemã não é a Europa, mesmo que se tenha presente o comentário de Kissinger, «grande de mais para a Europa, pequena de mais para o Mundo», o que porventura justifica movimentos conscientes ou inconscientes de assumir um comando não partilhado de um continente que parece ter desistido de encontrar outras alternativas.

E, se é verdade — para voltar a Kissinger — que se resolveu inequivocamente o problema de saber para que telefone liga o presidente americano quando quer falar com a Europa, criou-se, ironicamente, o de não se saber para onde ligam os cidadãos europeus.

Capítulo 1

Europa, Europa

I.

Europa ano zero.

Do pós-guerra à integração europeia

A QUESTÃO QUE SE COLOCAVA AOS DIRIGENTES do pós-guerra era a de saber o que fazer com a Europa. Melhor do que ninguém, Churchill respondeu, em Zurique, em 1946: «É imperioso construir uma espécie de Estados Unidos da Europa. Só desta forma centenas de milhões de trabalhadores poderão recuperar as alegrias e esperanças simples que dão sentido à vida. O processo é simples. Basta a determinação de centenas de milhões de homens e mulheres empenhados em fazer o que está certo, em vez do que está errado, para ter por recompensa a felicidade em vez de sofrimento.»

Churchill soube, no início da Segunda Guerra Mundial, mobilizar os ingleses, tornando claro que, contra a barbárie, apenas tinha para oferecer sangue, suor e lágrimas. Os tempos eram outros: os de assegurar que o sangue, suor e lágrimas eram recompensados com uma vida digna de ser vivida, recusando pactuar com uma situação de destruição e de latente conflitualidade. Unir a Europa era uma prioridade, e o grande político inglês não hesitou: «O primeiro passo para a recriação da família europeia tem de passar por uma parceria entre a França e a Alemanha. Só desta maneira é que a França poderá recuperar a sua costumada liderança da Europa. A Europa não pode renascer sem uma França espiritualmente grande e sem uma Alemanha espiritualmente grande. A estrutura dos

Estados Unidos da Europa, a concretizar-se, tornará menos importante a força material de um único Estado.»

Impressiona, particularmente, a lucidez do primeiro-ministro de um país que, apesar de tudo, fora um dos raros a não ser ocupado e que encontrava nos seus laços extra-europeus condições de recuperação de que os outros não dispunham. Suplementarmente, as relações futuras entre as Comunidades, a União Europeia e a Grã-Bretanha vieram tornar quase irónico o grande fôlego do Discurso de Zurique.

Ainda antes, viria da Inglaterra outra das inspirações-chave para a integração europeia, com a criação de um modelo social, reforçando substancialmente o Estado Social, através da criação do *National Health Care*. Eram tempos de energia e entusiasmo quanto ao futuro, e em que urgia dizer não ao passado¹.

Há que sublinhar que a ideia da integração europeia, aparecendo como um passo lógico a muitos, não deixava de criar apreensão a muitos espíritos. Emblemática dessa posição é a confissão de Edgar Morin, que tanto se ocuparia da Europa, logo ao abrir do *Penser l'Europe*, «Durante muito tempo fui antieuropeu. No fim da guerra, quando saíram do próprio antifascismo os movimentos europeus federalistas, escrevi um artigo, publicado em 1946, nas *Lettres Françaises*, com o título sem apelo “A Europa já não existe”. Eu tinha sido resistente e era, naquele período, comunista. Para mim, para nós, a Europa era uma palavra que mente.»²

No entanto, rapidamente se tornaria evidente que as antigas potências aliadas se iriam afastar e que um combate ideológico, que dividiria a Europa e o Mundo nas décadas seguintes, se iniciava sobre os escombros e a miséria, levando ao aparecimento de duas Europas: a que se manteria fiel ao sistema capitalista e à aliança com os Estados Unidos, e a que, sob o jugo da União Soviética, encetaria uma experiência de planeamento e de economia colectivista.

A sempre tão controversa ideia de Europa, raras vezes pensada com referência ao espaço geográfico que os gregos inicialmente identificaram e poeticamente imaginaram, mas antes a um determinado estilo de vida e um conjunto de valores, ficava assim fortemente restringida. Dividida em dois blocos, a ideia de integração europeia e mesmo de Europa passaria a ser usada praticamente em sinonímia apenas com o primeiro desses blocos.

No fundo, como tem sido assinalado pelos mais lúcidos historiadores, a divisão da Europa em diferentes Europas é uma constante histórica, que vem da cisão do Império Romano e que tendeu a separar para sempre a Europa Ocidental da Europa Oriental.

Paradoxalmente, a debilidade resultante desta limitação espacial foi talvez decisiva para o sucesso que a experiência viria a conhecer, na medida em que juntou economias com graus de desenvolvimento e problemas relativamente semelhantes e heranças culturais idênticas.

Se o primeiro alargamento e, sobretudo, o segundo vieram criar novos problemas, bem como a necessidade de reforçar os mecanismos de coesão económica e social, estes estiveram, ainda assim, muito longe das dificuldades que a queda do Muro de Berlim trouxe, com a abertura à Europa do Leste e do Centro, fortemente acelerada pela Alemanha e em vão contrariada pela França, que percebeu que o poder que mantinha, ou que pelo menos podia simular manter, acabara.

Uma consequência evidente do alargamento a Leste foi a de que, para além de todas as questões económicas, a herança civilizacional e política desvaneceu-se debaixo de uma insuportável tolerância para com formas de populismo xenófobo e racista, em tudo contrárias à mensagem dos *founding fathers*.

E à sombra cada vez mais ténue dessa mensagem, foram surgindo muitas outras divisões: Norte e Sul, países ricos e países pobres, católicos e protestantes, virtuosos e pecadores,

e essas dicotomias só agravaram a crise, tornaram mais dramático o futuro da Europa e mais difícil a vida dos europeístas.

Mas é tempo de voltar atrás, ao caminho desenvolvido no pós-guerra em prol da União Europeia.

II.

E os Estados Unidos ali tão perto

O PROBLEMA DA EUROPA ESTAVA LONGE DE SER APENAS um problema político. Muito pelo contrário, as condições económicas e, particularmente, a destruição do tecido produtivo e a escassez de dólares geravam problemas inultrapassáveis sem apoio externo. O desespero e sofrimento do continente europeu e os riscos que lhe andavam associados não eram perceptíveis apenas na Europa. Se a entrada dos Estados Unidos na guerra fora decisiva para a vitória das forças democráticas, o apoio norte-americano à reconstrução pós-guerra vai-se tornar, de novo, fundamental.

Dos Estados Unidos, a *doutrina Truman*, com uma clara dimensão política e geoestratégica, concretizava-se no Plano Marshall. Num discurso na Universidade de Harvard, o senador americano alongara-se na descrição da situação de destruição e fome na Europa, e nos riscos políticos daí resultantes, para concluir: «(...) é lógico que os Estados Unidos façam tudo aquilo que puderem para auxiliar o regresso da saúde económica normal ao Mundo, sem a qual não pode haver estabilidade política e paz garantida. A nossa política dirige-se não contra qualquer país ou doutrina, mas contra a fome, a pobreza, o desespero e o caos. O seu propósito deve ser o renascimento de uma economia mundial que funcione, para permitir a emergência de condições sociais e políticas em que possam existir instituições livres.»

As campanhas de alarme soaram na Grécia. Num discurso às duas Câmaras reunidas do Congresso, em 13 de Março de 1947, Truman caracterizava a situação na Grécia:

«A Grécia não é um país rico. A falta de recursos naturais sempre forçou o povo grego a trabalhar duramente para fazer face às despesas. Desde 1940, este país trabalhador e amante da paz sofreu uma invasão, quatro anos de ocupação inimiga cruel e de uma amarga luta interna.

«Quando as forças de libertação entraram na Grécia, descobriram que os Alemães, aquando da retirada, tinham destruído praticamente todas as linhas férreas, estradas, portos, comunicações e Marinha Mercante. Mais de mil aldeias tinham sido queimadas. Oitenta e cinco por cento das crianças eram tuberculosas. Aves, gado e animais de trabalho tinham desaparecido quase integralmente. A inflação tinha dizimado praticamente todas as poupanças.»

E, dessa verificação, Truman passava para as seguintes conclusões:

«Como resultado destas condições trágicas, uma minoria militante, explorando a vontade humana e a miséria, foi capaz de criar caos político que fez com que, até agora, a recuperação económica fosse impossível.

«A Grécia está hoje em dia sem fundos para financiar a importação destes produtos que são essenciais para a sua subsistência. Sob estas circunstâncias, o povo grego não pode realizar progressos na resolução dos seus problemas de reconstrução. A Grécia necessita desesperadamente de assistência financeira e económica que lhe permita retomar as compras de alimentos, roupas, combustíveis e sementes. Estes bens são essenciais para a subsistência do povo grego e apenas podem ser obtidos através do estrangeiro. A Grécia tem de ter ajuda a importar os produtos necessários para poder restaurar a ordem e a segurança interna, tão essenciais para a sua recuperação política e económica.»

Ironicamente, nos nossos dias, a Grécia viria, de novo, a ser o principal foco das tensões. Onde, antes, havia o reconhecimento dos gregos como um povo trabalhador, passou-se a apontar o anátema dos viciosos e preguiçosos gregos. Da destruição alemã ou do não-pagamento das reparações devidas à Grécia, nem uma palavra mais se encontrou.

O rosto jovem e, apesar de tudo, tecnocrata de Alexis Tsipras e os movimentos anarquistas gregos estiveram longe de assustar tanto a Europa como os Estados Unidos quanto os guerrilheiros comunistas de 1947, até porque já não existia União Soviética. E quanto às posteriores movimentações fascistas, essas pouco parecem incomodar uma Europa cada vez mais insensível a esta problemática. Tão-pouco os Estados Unidos, a braços com os seus próprios problemas, mais virados para a Ásia e fartos da inactividade e insensatez europeias. Pelo menos até que o movimento de Putin na Crimeia os alertou para a necessidade de repor velhas alianças preventivas.

III. Aprender a trabalhar juntos

A PARTIR DE 1947, TORNARA-SE CLARO que o esforço de reconstrução da Europa implicava uma cooperação de dimensões totalmente inovadoras entre os Estados. Com razão, Martins da Silva recorda a unidade europeia como uma pretensão da América e um imperativo para a Europa³, o que não deixa de ter alguma ironia porque, por vezes, a criação dos Estados Unidos da Europa apareceu como um desafio aos Estados Unidos da América.

No plano económico, a exigência dos Estados Unidos na coordenação do auxílio económico levava à criação, logo em 1948, da Organização para a Cooperação Económica Europeia, mais tarde transformada em OCDE, e os resultados conhecidos durante este primeiro período não puderam deixar de ser considerados encorajadores.

A recusa soviética, que se alargou à proibição de que alguns Estados da sua zona de influência pudessem aderir ao plano Marshall, veio oficializar uma profunda inspiração política por detrás da ajuda económica. Os países que se juntam no Plano aderem à ideia de uma estreita ligação entre democracia e capitalismo, que funcionaria como uma das bases do futuro da Europa Ocidental. Sintomaticamente, a Espanha não foi convidada a participar⁴, e Portugal, num primeiro momento, recusou sobranceiramente o apoio financeiro para, mais tarde, vir a dele beneficiar, ainda que de forma pouco assumida⁵.

Foram evidentes os benefícios económicos para a Europa, particularmente traduzidos na possibilidade que abriu de importação de bens, viabilizando uma recuperação bem mais rápida, menos traumática e menos arriscada politicamente.

O êxito do Plano Marshall foi, por outro lado, mais longe, criando uma experiência de planeamento económico, de natureza naturalmente diversa da planificação soviética e, sobretudo, habituando os dirigentes europeus a trabalhar em conjunto. Tony Judt recorda um editorial do *Times*, de 3 de Janeiro de 1949, onde se podia ler que «quando se coloca em confronto os esforços de cooperação do ano transacto com o forte nacionalismo económico dos anos decorridos entre as duas guerras, podemos seguramente aventar a hipótese de que o Plano Marshall está a dar início a uma nova e esperançosa era da história europeia».

Índice

Nota prévia	9
Introdução	11
Capítulo 1 — Europa, Europa	15
I. Europa ano zero. Do pós-guerra à integração europeia	15
II. E os Estados Unidos ali tão perto	18
III. Aprender a trabalhar juntos	20
IV. Uma Europa cultural e política	22
V. Uma Europa militar	27
VI. À procura da (nem sempre) venerável família	30
VII. A integração tímida	36
Capítulo 2 — Os primeiros passos da Europa económica	40
I. A Declaração Schuman	40
II. Devemos celebrar a Declaração Schuman?	44
III. Um eixo permanente?	49
IV. E depois da CECA?	52
V. E, no início, era Roma	54
Capítulo 3 — Das Comunidades à União	62
I. A fama à França, o proveito à Alemanha	63
II. <i>La grandeur de la France</i>	64

III. Os anos do aprofundamento	66
IV. O regresso dos europeístas	69
Capítulo 4 — A ditadura e a Europa	74
I. A ditadura e o movimento de integração europeia	74
II. O milagre EFTA	75
III. Entre a desconfiança e a necessidade	77
IV. A ala liberal e os nacionalistas radicais	80
V. E antes do adeus?	80
Capítulo 5 — A democracia e a Europa	83
I. Regressar à casa?	83
II. A caminho das Comunidades	85
III. O segundo alargamento visto no seu conjunto	90
IV. E como olham os portugueses a União Europeia?	92
V. Um balanço provisório das Comunidades, feito depois do segundo alargamento e antes da chegada do admirável Mundo Novo	99
Capítulo 6 — As novas vestes de Roma	102
I. A Europa no final dos anos 80. Quando tudo parecia possível	102
II. Tratado de Maastricht. A metamorfose incompleta	105
III. Amesterdão e Nice. A quase irrelevância	109
IV. Tratado que estabelece uma constituição para a Europa	116
V. «Porreiro, pá!»	118
Capítulo 7 — «Euro, tu és o Euro, e sobre ti edificaremos a União Europeia»	124
I. A Europa far-se-á pela moeda?	124
II. Os antecedentes da moeda única	128
III. Exigências reforçadas	137
IV. A União Económica e Monetária por fases	140
a. Primeira fase	140
b. Segunda fase	142
c. Terceira fase	145

Capítulo 8 — A Bela Adormecida	154
I. A apneia europeia	154
II. A excepção cultural	160
III. A Investigação e o Desenvolvimento	163
IV. O paraíso das liberdades	166
V. A Europa Unida com que sonhou Victor Hugo	170
VI. Baronesa quê?	172
VII. E depois do modelo social?	174
VIII. Um pacto de suicídio	175
IX. E o futuro? A Deus pertence?	178
Capítulo 9 — A Europa alemã	181
I. Um sono perturbado	181
II. A discreta sombra do ordoliberalismo e da Constituição Económica Europeia	185
III. O ordoliberalismo em todo o seu esplendor	189
IV. Entre o excesso de pormenor e a indefinição	193
V. Como andar depressa parecendo andar devagar	197
VI. Ele há tribunais constitucionais e tribunais constitucionais	209
VII. Dorme, Princesa, dorme	211
Capítulo 10 — Poderemos salvar a Europa?	213
I. Por uma nova Conferência de Haia	213
II. O projecto dos três dêS	216
a. O desenvolvimento	216
b. A «desgermanização»	228
c. A democratização	232
Posfácio	
Um pequeno passo no sentido da democratização	241
Notas	251
Nota final	259